

**Sua Excelência Senhora Primeira - Dama da República de Moçambique- Isaura Nyusi**

**Assunto: Carta Aberta das Organizações da Sociedade Civil sobre a Entrada, Comercialização e Consumo Humano e Animal de Organismos Geneticamente Modificados em Moçambique.**

**Excelência;**

No século XX, o avanço rápido da ciência permitiu uma revolução da biotecnologia, actividade que levou a criação de genes artificiais a partir de construções quiméricas que permitem transpor as barreiras das espécies vivas. Surge assim, os primeiros Organismos Geneticamente Modificados-OGM's e, apoiando-se do direito de Propriedade Intelectual, estes, tornam-se propriedade das empresas, e mais tarde permitida a sua comercialização para consumo humano e animal.

A introdução de OGM's para o consumo humano e animal, não foi aceite em vários países pelo risco que os mesmos representam para a saúde humana e para o meio ambiente. De modo a regular a utilização destes produtos, alguns países elaboraram leis e regulamentos que proíbem a entrada, comercialização e consumo destes organismos nos seus respectivos países.

Moçambique, o país que nasceu do sangue e sacrifício do povo moçambicano e que definiu a agricultura como base do desenvolvimento nacional conforme estabelece a Constituição da República no seu artigo 103, optou por elaborar um regulamento de biosegurança que proibia a entrada e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados para o consumo humano e animal. O regulamento de biosegurança, Decreto 6/2007 revisto em 2014 pelo Conselho de Ministros, permitiria a importação de Organismos Geneticamente Modificados para o consumo humano apenas e somente se o país enfrentasse uma crise extrema de alimentos. No caso de fome extrema, poderia ser autorizada a entrada de alimentos geneticamente modificados para fazer face à fome. Uma vez terminada a estiagem a importação de produtos geneticamente modificados e sua comercialização no país é proibida. Com a revisão do regulamento de biosegurança, Decreto 6/2007 e a entrada em vigor do Decreto 71/2014, passou a ser permitida a importação e comercialização em Moçambique de alimentos que contenham organismos geneticamente modificados.

O Governo de Moçambique procedeu à revisão do regulamento de biossegurança permitindo a importação de produtos geneticamente modificados para o consumo humano e animal, sem levar a cabo um processo amplo, transparente e inclusivo de discussão pública sobre a matéria. A liberalização da entrada e comercialização de produtos contendo OGM's merecia uma profunda e ampla análise e discussão, considerando os potenciais impactos dos mesmos para a saúde pública do povo moçambicano. Portanto, o Governo tinha a obrigação de assegurar um amplo processo de discussão pública sobre a liberalização e consumo de OGMs.

Ao permitir na Lei a importação de OGMs, abriam-se as portas para a comercialização de produtos geneticamente modificados no mercado moçambicano. Os supermercados em Moçambique já estão repletos de OGMs, para consumo nacional, sem o conhecimento ou consentimento da população. Não há qualquer esforço da parte do governo para informar sobre estas questões de modo a permitir que o cidadão tenha conhecimento sobre o que consome e os potenciais riscos desses produtos. Todo e qualquer consumidor tem o direito de conhecer o conteúdo dos produtos que adquire e ou consome.

Os moçambicanos precisam de ser informados sobre o que são produtos geneticamente modificados, sobre como identificar um produto geneticamente modificado e os seus potenciais riscos. É urgente promover um debate nacional sobre os efeitos da liberalização do comércio e consumo de OGM's a curto, médio e longo prazo.

Estudos conduzidos por uma universidade francesa sobre os impactos do consumo de Organismos Geneticamente Modificados a longo prazo apresentam resultados alarmantes. Outro estudo similar foi levado a cabo, 200 camundongos foram alimentados com milho OGM NK603, propriedade da empresa de agrotóxico, Monsanto, para determinar os efeitos do consumo de OGM's nestes animais. Os 200 camundongos alimentados com milho NK603 tiveram uma morte lenta. Segundo Seralini, cientista de renome na matéria que tem integrado comissões oficiais sobre os alimentos transgênicos em 30 países, a morte dos ratos foi devido a tumores. Nos ratos machos os tumores surgiram na pele e nos rins e nas fêmeas os tumores apareceram nas glândulas mamárias<sup>1</sup>.

Segundo o *Institute for Responsible Technology*, as plantas geneticamente modificadas têm "níveis altos de toxinas naturais, adicionado ao aparecimento de novas toxinas ainda não identificadas" e uma tendência acrescida que visa incorporar "substâncias tóxicas do ambiente" tais como "pesticidas ou metais pesados." Os cientistas da *Food and Drug Administration* (FDA)

---

<sup>1</sup> <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/09/alimentos-transgenicos-causam-cancer-em-ratos-aponta-pesquisa.html>

dos Estados Unidos da América recomendaram que todos os alimentos geneticamente modificados deviam ser testados "antes destes serem introduzidos no mercado." No entanto, a Casa Branca pretendia promover a indústria da engenharia genética através do FDA e o seu responsável político tinha sido anteriormente advogado da Monsanto (mais tarde tornou-se vice-presidente da empresa). A decisão tomada pelo FDA ignoraram os avisos dos seus cientistas e passaram a permitir a comercialização de OGM's sem os necessários estudos de segurança.

Segundo o Doutor Arpad Pusztai, um dos maiores especialistas mundiais na avaliação da segurança alimentar dos alimentos geneticamente modificados, o tipo de lesões estomacais que está ligado ao consumo do tomate transgénico "pode levar a hemorragias potencialmente mortais, particularmente nos idosos que tomarem aspirina para prevenir coágulos". Pusztai acredita que o sistema digestivo deve ser o primeiro alvo da avaliação de riscos dos alimentos geneticamente modificados porque é o primeiro (e o maior) ponto de contacto com os alimentos e pode revelar várias reacções às toxinas. Ademais, reconhece com preocupação que o estudo não analisa os efeitos no intestino, apenas no estômago.

Cerca de duas dúzias de agricultores nos Estados Unidos da América declararam que milhares dos seus porcos apresentavam problemas reprodutivos quando alimentados com certas variedades de Milho Bt (esta variedade está a ser ensaiada no distrito de Chókwé, província de Gaza no âmbito do projecto WEMA). Os porcos alimentados com milho Bt apresentaram elevadas taxas de esterilidade, gravidezes falsas (parto a bolsas de água). Algumas vacas e bois também se tinham tornado estéreis. O milho Bt esteve ainda por detrás da morte de vacas, cavalos, búfalos aquáticos e galinhas nos Estados Unidos da América<sup>2</sup>.

Quando pastores indianos do Estado do Andhra Pradesh começaram a levar as suas ovelhas à pastagem no restolho de Algodão Bt, um em cada quatro animais morreram em menos de uma semana. Estima-se que tenham ocorrido em 2006 cerca de 10 000 mortes e o maior número ocorreu em 2007. A necrópsia às ovelhas revelou irritação severa e manchas negras no intestino e no fígado, assim como canais biliares dilatados. Os investigadores concluíram que as evidências iniciais "apontam que a morte das ovelhas foi provocada devida a uma toxina... mais provavelmente à toxina Bt"<sup>3</sup>.

Considerando os vários exemplos acima referidos e que demonstram os potenciais perigos a longo prazo do consumo de produtos contendo organismos geneticamente modificados, as

---

<sup>2</sup> Jeffrey M. Smith, Genetic Roulette: The Documented Health Risks of Genetically Engineered Foods, Yes! Books, Fairfield, IA USA 2007

<sup>3</sup> Mortality in Sheep Flocks after Grazing on Bt Cotton Fields-Warangal District, Andhra Pradesh" Report of the Preliminary Assessment, April 2006, [www.gmfrecymru.org/pivotal\\_papers/mortality.htm](http://www.gmfrecymru.org/pivotal_papers/mortality.htm)

**Maputo, 13 de Abril de 2018: Carta Aberta das Organizações da Sociedade Civil relativo à Entrada, Comercialização e Consumo de Organismos Geneticamente Modificados em Moçambique.**

---

organizações da sociedade civil signatária da presente carta solicita a intervenção de sua excelência a Primeira Dama de Moçambique para que conjuntamente possamos exigir que as instituições competentes do Governo e os tomadores de decisão desenvolvam esforços que culminem com a elaboração de um regulamento que restringe a entrada, comercialização e consumo de Organismos Geneticamente Modificados em Moçambique.

**Maputo, 12 de Março de 2018**

**Organizações, movimentos sociais e pessoas singulares nacionais signatárias da carta:**

1. Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECUR)
2. União Nacional de Camponeses -UNAC
3. Justiça Ambiental – JA! – Amigos da Terra Moçambique
4. Fórum Mulher
5. Fórum das mulheres Rurais-FOMUR
6. Observatório do Meio Rural (OMR)
7. Livangingo
8. Associação Rural de Ajuda Mutua (ORAM)
9. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula
10. Isabel Maria Casemiro – Professora Universitária
11. Boaventura Monjane –Activista, Jornalista e investigador

**Organizações, movimentos sociais e pessoas individuais internacionais signatárias da Carta**

1. African CentRe for Biodiversity-ACB

## 12. Marcha Mundial das Mulheres- Moçambique

